

PUBLICIDADE LEGAL

BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA
CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 15 horas do dia 18 de abril de 2024, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: A – em **Assembleia Geral Ordinária**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/23. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Eleição da diretoria e fixação de sua remuneração. B- em **Assembleia Geral Extraordinária**: 1) – Deliberar sobre o aumento do capital social com a incorporação de lucros e reservas e consequente alteração do art. 6º do estatuto social.
Porto Alegre, 02 de abril de 2024
ARLINDO BIANCHINI
Diretor Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br


☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062




*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL



banrisul
armazéns gerais



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
O futuro nos une.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A
CNPJ/MF 92.721.232/0001-57
NIRE ° 43300003183
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S/A a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 30 de abril 2024, às 14 horas, na Sede da empresa, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 8201, em Canoas/RS, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;
3. Ratificar o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e sua imputação aos dividendos;
4. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei nº 6.404/76;
5. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) alterar o artigo 17, para refletir a readequação do número de Administradores.
2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima.

Canoas, 02 de abril de 2024.

Marivania Ghislени Fontana
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE- D

Companhia Aberta
CNPJ nº 08.467.115/0001-00
NIRE 43.300.046.915

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE- D (“Companhia”), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81”), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2024, às 09 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(vi)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal para o exercício de 2024; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (viii)** a fixação do número de membros para composição do Conselho de Administração; e **(ix)** a eleição de membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma “Microsoft Teams”, observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail assembleia.ceed@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo (“Solicitação de Acesso”). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia.ceed@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e de seu representante, conforme o caso; (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados); (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico. Porto Alegre/RS, 28 de março de 2024. **Augusto Miranda da Paz Júnior** - Presidente do Conselho de Administração.

equatorial
ENERGIA

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E
 COMÉRCIO EM GERAL
 CNPJ 92.192.236/0001-95
 NIRE 43.300.016.901
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
 a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
 b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
 c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.
 Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2024.
 A Diretoria
 Augusto Lauro de Oliveira Júnior
 Luciano Adures de Oliveira
 Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A.
PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às **16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2023;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento).

Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2024.
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001-09

NIRE 43.300.034.381

Assembleia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 - 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2024.

A Diretoria

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

Luciano Adures de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 92.213.552/0001-04
NIRE 43.300.011.429
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **25 de abril de 2024, às 15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e
d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.
Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2024.
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S.A.
CNPJ sob nº 89.723.845/0001-19
NIRE 43.3.0001820.2

CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 25 de abril de 2024, às 10h30min, na sede social da companhia, na Rua Inpel, n. 29, bairro Colonial, em Sapucaia do Sul-RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
3. Eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva Remuneração.
4. Apreciar a proposta da Diretoria, referente a aumento de capital social, mediante a capitalização de valor existente na conta "Reserva de Lucros", sem modificação no número de ações, com a consequente alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social, que trata do capital social e das ações. Sapucaia do Sul-RS, 02 de abril de 2024.
A Diretoria

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BALDO S.A. - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO - CNPJ Nº 91.473.678/0001-47 - NIRE Nº 43300013600
Convocação - Assembleia Geral Ordinária: Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 10:00 horas de 20 de abril de 2024, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre/RS em edição de 23, 24 e 25-02-2024, págs. 07 e 08 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet - <https://fnp.jornaldocomercio.com/edicao/imprensa/11592/23022024.html>; **2)** Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; **3)** Eleição da Diretoria; **4)** Fixação da remuneração dos diretores. Encantado, RS, 02 de abril de 2024. Arlindo Plácido Baldo - Diretor Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T
 Companhia Aberta - CNPJ 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024, às 15h00, na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90230-181. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., representando a totalidade de seu capital social, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **3. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa Sra. Karin Regina Luchesi e Secretário Sr. Douglas Zobot. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação (conforme definido abaixo); (ii) Ratificação da nomeação e contratação da Empresa Especializada (conforme definido abaixo); (iii) Aprovação do Laudo de Avaliação (conforme definido abaixo); (iv) Aprovação da Incorporação (conforme definido abaixo), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação; (v) Aprovação do aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; (vi) Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação e ratificação dos atos já praticados. **5. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento da acionista; e (ii) Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura da acionista, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. **6. Deliberações:** Após análise e apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações pela única acionista da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas: 6.1. **Aprovar**, em todos seus termos e condições, o Protocolo e Justificação de Incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13087-397, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.190.883/0001-75 ("Cone Sul") pela Companhia, celebrado nesta data ("Protocolo e Justificação"), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei das S.A. e dos artigos 1.116 e 1.118 da Lei nº 10.406/02, o qual constitui o **Anexo I** à presente ata. 6.2. Tomar conhecimento e **ratificar** a nomeação e contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com sede na Av. Brig. Faria Lima, nº 3.732, andar 16, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562/112.0001-20, registrada no CRC sob o nº 2SP 000160/O-5 ("Empresa Especializada") responsável pela elaboração, na forma dos artigos 8º e 226 da Lei das S.A., do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Cone Sul, com base em balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023 ("Data-Base" e "Laudo de Avaliação", respectivamente). 6.3. **Aprovar** o Laudo de Avaliação, que integra o Protocolo e Justificação na forma de anexo, segundo o qual o patrimônio líquido da Cone Sul, na Data-Base, corresponde a R\$ 2.875.907.262,58. Para todos os fins e efeitos da Incorporação, o valor do investimento delido pela Cone Sul na CPFL Transmissão, que corresponde a R\$ 2.789.710.950,65 será desconsiderado e tal parcela do patrimônio líquido da Cone Sul não gerará acréscimo patrimonial à Companhia em decorrência da Incorporação. 6.4. **Aprovar**, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., e de acordo com os termos e condições do Protocolo e Justificação, a incorporação da Cone Sul pela Companhia, com a consequente extinção da Cone Sul e sucessão, a título universal, pela Companhia, que sucederá a incorporada em todos os bens, direitos, pretensões, facultades e obrigações ("Incorporação"). 6.5. Em consequência da aprovação da Incorporação, **aprovar** o aumento do capital da Companhia, mediante a versão da parcela do patrimônio líquido da Cone Sul que não corresponde ao investimento na Companhia, passando o referido capital de R\$ 981.342.763,72 para R\$ 1.001.738.200,81, mediante a emissão de 199.361 novas ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 197.026 novas ações ordinárias e 2.335 novas ações preferenciais, ao preço de emissão de 102,304046880 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, que são integralmente atribuídas à CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), única sócia da Cone Sul. Consequentemente, o artigo 5º do Estatuto Social da CPFL Transmissão passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.001.738.200,81, representado por 9.791.805 ações, sem valor nominal, sendo 9.677.114 ações ordinárias e 114.691 ações preferenciais, sem direito a voto, todas nominativas." 6.6. Consignar que, em decorrência da Incorporação ora deliberada, e em conformidade com o disposto no Protocolo e Justificação, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da Cone Sul, na data da Incorporação, serão canceladas, e novas 9.791.805 ações, sendo 9.677.114 ações ordinárias e 114.691 ações preferenciais, atribuídas à CPFL Brasil, em substituição a sua participação no capital social da Cone Sul. As novas ações são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, conforme respectivo boletim de subscrição arquivado na sede da Companhia. As novas ações farão jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos às ações da Companhia anteriormente à Incorporação e participarão integralmente dos resultados do exercício social em curso. 6.7. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes: Karin Regina Luchesi (Presidente da Mesa), Douglas Zobot Tchian (Secretário), e única acionista CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (representada por Ricardo Motoyama de Almeida e Flavio Henrique Ribeiro). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.
Mesa: Karin Regina Luchesi - Presidente; Douglas Zobot - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 10300673 em 28/03/2024 da empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T. CNPJ 92715812000131 e Protocolo 240711114 - 07/03/2024. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

SLC AGRICOLA CENTRO-OESTE S.A.

CNPJ nº 05.799.312/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	394.291	190.029	
Contas a receber de clientes	5	14.186	37.258	
Estoques	6	766.541	754.454	
Ativo biológico	7	233.760	450.020	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	4.295	790	
Tributos a recuperar	8.b	28.144	38.677	
Títulos a receber	9	8.001	39.345	
Operações com derivativos	23.f	57.616	60.509	
Crédito com partes relacionadas	14.a	2.554	158	
Despesas antecipadas		1.879	1.720	
Ativos mantidos para venda		3.208	-	
Outros créditos		1.916	1.803	
Total do ativo circulante		1.516.391	1.574.763	
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	263.903	309.229	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	914	-	
Tributos a recuperar	8.b	26.011	16.852	
Operações com derivativos	23.f	-	7.058	
Créditos com partes relacionadas	14.a	20	-	
Adiantamento a fornecedores		-	14.276	
Despesas antecipadas		115	314	
Outras contas a receber		4.881	5.497	
		295.844	353.226	
Ativo de direito de uso	10	1.067.256	1.000.552	
Propriedade para investimentos	11	3.136	3.136	
Imobilizado	12	257.927	232.711	
Intangível	13	320	649	
		1.328.639	1.237.048	
Total do ativo não circulante		1.624.483	1.590.274	
Total do ativo		3.140.874	3.165.037	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	15	171.952	290.757	
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.063	
Impostos, taxas e contribuições diversas		3.253	7.465	
Obrigações sociais e trabalhistas		16.427	23.063	
Dividendos a pagar	20.c	17.901	31.084	
Débitos com partes relacionadas	14.a	47.714	45.722	
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e civeis	17	7.725	31.650	
Operações com derivativos	23.f	3.337	1.421	
Títulos a pagar	19	47.284	70.314	
Passivo arrendamento com terceiros	10	49.154	136.254	
Adiantamento de clientes		64.330	63.250	
Outras contas a pagar		2.290	-	
Total passivo circulante		431.367	704.043	
Não circulante				
Operações com derivativos	23.f	304	-	
Títulos a pagar	19	-	14.276	
Passivo de arrendamento com terceiros	10	1.165.509	977.360	
Outras obrigações		4.586	-	
Total passivo não circulante		1.170.399	991.636	
Patrimônio líquido				
Capital social	20.a	1.324.121	1.324.121	
Reservas de lucros	20.b	157.318	99.795	
Outros resultados abrangentes	20.e	57.669	45.442	
Total patrimônio líquido		1.539.108	1.469.358	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva de expansão	Outros resultados abrangentes		
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.240.783	-	-	-	(70.338)	(2.007.157)	1.163.288
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	144.236	144.236
Integralização de capital	77.138	-	-	-	-	-	77.138
Redução de capital para compensação de prejuízos acumulados	(1.993.800)	-	-	-	-	1.993.800	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	-	-	175.424	-	175.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(59.644)	-	(59.644)
Destinação proposta:							
Constituição de reserva	-	-	6.544	93.251	-	(99.795)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(31.084)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.324.121	-	6.544	93.251	45.442	-	1.469.358
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.324.121	-	6.544	93.251	45.442	-	1.469.358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.424	75.424
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	-	-	18.526	-	18.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(6.299)	-	(6.299)
Destinação proposta:							
Constituição de reserva	-	50	3.769	53.704	-	(57.523)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(17.901)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.324.121	50	10.313	146.955	57.669	-	1.539.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. ("SLC CO"), foi constituída em 1º de agosto de 2021, a seguir denominada como "Companhia" tem como objeto as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secaçem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas. A Companhia está sediada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900, sala 201, Bairro Chácara das Pedras, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em 1º de setembro de 2023, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2023/24, operando com cinco unidades de produção, com uma área planejada total de 100.621 mil hectares, em áreas arrendadas de terceiros, localizadas no Mato Grosso.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBCFG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OPCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de abril de 2024. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido. c) **Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. d) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
6	Mensuração do valor realizável líquidos dos produtos agrícolas
7	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
9	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
10	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
	Provisões para riscos ambientais, civeis, trabalhistas e tributários
17	e passivos contingentes
18	Imposto de renda e contribuição social diferidos
23	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. Políticas contábeis

a) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia elaborou demonstrações dos fluxos de caixa nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. b) **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-

pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O CPC 48, exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. c) **Normas novas ou revisadas:** As seguintes normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024: **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):** A norma exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os Covenants nesse mesmo período. As mudanças implementadas nas alterações do CPC 26 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhum passivo com Covenants a cumprir. **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhum Acordo de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") a cumprir. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leasback* (alterações ao CPC 06); • Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Composição:**

	Rendimentos	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades em R\$	-	29	163
Disponibilidades câmbio ⁽¹⁾	-	15.703	7.317
CDB-DI	101,35% do CDI ⁽²⁾	378.559	182.549
Total		394.291	190.029

⁽¹⁾ Valores em reais, convertido pelo dólar Ptax de compra do dia 30 de dezembro de 2023. ⁽²⁾ Rendimento médio em 30 de dezembro de 2023.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até 31 de dezembro 2023, não excedendo o valor de negociação. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23. **5. Contas a receber de clientes** **Política Contábil:** Incluem os recebíveis de venda de produtos agrícolas, reconhecidos inicialmente na transferência do controle aos clientes, ou seja, na data em que a Companhia satisfizer a obrigação de performance ao transferir a mercadoria. **Composição:**

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	41	7.032
Exportação interna	1.055	3.402
Exportação externa	13.090	26.824
Total	14.186	37.258

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	27	1.276.098	1.138.648
Varição do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	7.c	157.458	332.530
Custo dos produtos vendidos	25	(1.135.214)	(1.099.035)
Custo dos produtos		(842.472)	(785.395)
Realização do valor justo dos ativos biológicos		(292.742)	(313.640)
Resultado bruto		298.342	372.143
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	25	(54.291)	(42.304)
Despesas gerais e administrativas	25	(39.144)	(26.417)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	4.216	7.552
		(89.219)	(61.169)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		209.123	310.974
Receitas financeiras	21	56.400	184.670
Despesas financeiras	21	(150.429)	(279.452)
Resultado Financeiro		(94.029)	(94.782)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		115.094	216.192
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Correntes	18	(643)	(81)
Diferidos	18	(39.027)	(71.875)
Lucro líquido do exercício		75.424	144.236
Resultado por ação (básico e diluído) em R\$	20.d	2,6051	4,9819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	75.424	144.236
Resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Instrumentos financeiros derivativos - (hedge accounting)	18.526	175.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.299)	(59.644)
Resultado abrangente	87.651	260.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		115.094	216.192
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	25	20.937	24.237
Depreciação - direito de uso	25	58.352	107.301
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	12	7.063	3.442
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	16	135	126
Varição do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	6	105.661	(24.652)
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos	10	29.623	(4.883)
Provisão para participação nos resultados e contingências trabalhistas		10.495	5.294
Outras provisões		2.792	-
		474.181	445.912

Varição nos ativos e passivos

Contas a receber de clientes	23.072	(15.585)
Títulos a receber	(305)	(4.651)
Adiantamento a fornecedores	479	7.962
Estoques e ativos biológicos	74.256	(184.816)
Tributos a recuperar	(3.045)	3.655
Operações com partes relacionadas	(2.416)	11.706
Despesas pagas antecipadamente	40	2.432
Outras contas a receber	7.726	8.439
Fornecedores	(130.244)	53.073
Obrigações sociais e trabalhistas	(17.108)	(3.821)
Impostos, taxas e contribuições	(4.503)	47.493
Obrigações com partes relacionadas	1.992	11.341
Operações com derivativos	30.697	42.433
Adiantamentos de clientes	1.	

... continuação						SLC AGRICOLA CENTRO-OESTE S.A. - CNPJ nº 05.799.312/0001-20					
						A seguir apresentamos a área planejada para ano-agrícola 2023/24:					
						Culturas					
						Área					
						Área planejada 2023/24					
						Algodão					
						ha					
						36.335					
						Soja					
						ha					
						51.935					
						Milho					
						ha					
						9.042					
						Outras culturas ⁽¹⁾					
						ha					
						3.309					
						Total					
						100.621					
						⁽¹⁾ Outras culturas são formadas por brachiária, estilosantes e pecuária permanente.					
						b) Ativo biológico - rebanhos: Política Contábil: Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado recria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezerros nascidos, até o momento do seu abate. Em relação a hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada como nível 1 - preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: quantidade de cabeças de gado existentes ao final de cada período de mensuração, sexo, raça, idade, peso, rendimento estimado, preço de mercado em cada região (preço fazenda) e os custos necessários para colocação em condição de venda. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Composição: A Companhia possui rebanho de gado bovino na modalidade de recria e engorda, em áreas permanentes e atua também com o projeto de Integração Lavoura Pecuária - ILP. Este sistema tem como objetivo otimizar o uso do solo, nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra. Em 31 de dezembro de 2023 o ativo biológico rebanho bovino está representado conforme abaixo:					
						Saldo em 01 de janeiro de 2023					
						Custo com aquisições e tratos rebanho bovino					
						8.560					
						Variação do ajuste a valor justo ⁽¹⁾					
						16					
						Realização venda/baixas					
						(393)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2023					
						10.178					
						Ativo biológico - rebanho					
						10.562					
						Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo					
						(384)					
						⁽¹⁾ Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.					
						c) Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas: A variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios tem a seguinte composição:					
						31/12/2023					
						31/12/2022					
						Variação do valor justo - culturas em formação (7.a)					
						187.065					
						339.082					
						Variação do valor justo - rebanho bovino (7.b)					
						16					
						(790)					
						Valor realizável líquido dos produtos agrícolas (6)					
						(29.623)					
						(5.762)					
						157.458					
						332.530					
						8. Tributos a recuperar					
						a) Imposto sobre a renda e contribuição social					
						31/12/2023					
						31/12/2022					
						Imposto de renda					
						4.840					
						616					
						Contribuição social					
						369					
						174					
						Total					
						5.209					
						790					
						Parcela classificada no ativo circulante					
						4.295					
						790					
						Parcela classificada no ativo não circulante					
						914					
						-					
						Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.					
						b) Demais tributos a recuperar					
						31/12/2023					
						31/12/2022					
						ICMS					
						4.571					
						-					
						COFINS					
						21.071					
						26.636					
						PIS					
						6.820					
						7.842					
						IRRF					
						2.931					
						3.374					
						Funrural ⁽¹⁾					
						16.661					
						16.661					
						Outros					
						2.101					
						1.016					
						Total					
						54.155					
						55.529					
						Parcela classificada no ativo circulante					
						28.144					
						38.677					
						Parcela classificada no ativo não circulante					
						26.011					
						16.852					
						⁽¹⁾ Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação.					
						ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar: Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A administração estima que os saldos existentes em 31 de dezembro de 2023 serão recuperados no curso normal de suas operações. A estimativa de realizações dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas e compensação/ressarcimento de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação da Companhia. A Companhia não espera perdas pela não realização dos saldos de impostos a recuperar. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:					
						Prazo de realização					
						ICMS					
						COFINS					
						PIS					
						em até 1 ano					
						-					
						15.889					
						1.672					
						de 1 ano a 2 anos					
						4.571					
						5.182					
						4.832					
						de 2 anos a 3 anos					
						-					
						-					
						316					
						Total					
						4.571					
						21.071					
						6.820					
						9. Títulos a receber					
						Política Contábil: Incluem os recebíveis de contas a receber de venda de terras e contas segregadas relacionadas a combinação de negócio, reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia considera como contas segregadas as contas que não foram adquiridas na combinação de negócios com a Terra Santa Agro, conforme Acordo de Associação celebrado entre as partes. Composição: Em 31 de dezembro de 2023, o movimento de títulos a receber é apresentado conforme abaixo:					
						Saldo em 01 de janeiro de 2023					
						39.345					
						Recebimentos Basket					
						(31.344)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2023					
						8.001					
						Parcela classificada ativo circulante					
						8.001					
						Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, temos a seguinte composição da conta de títulos a receber:					
						31/12/2023					
						31/12/2022					
						Título a Receber					
						298					
						1.020					
						Provisão ativa contingências					
						7.703					
						31.650					
						Basket a receber efetivo					
						-					
						6.675					
						Total					
						8.001					
						39.345					
						Parcela classificada no ativo circulante					
						8.001					
						39.345					
						Valores a receber relacionados com a combinação de negócios: As partes envolvidas acordaram em ajuste de preço como parte da contraprestação da combinação de negócios, a conta de títulos a receber corresponde a R\$ 298, contingências R\$ 7.703 e Basket efetivo a receber R\$ 6.675 que, assim que pagos/recebidos pela Companhia, serão reembolsados pela Terra Santa Propriedades Agrícolas ("TS Agro"), sem ônus.					
						10. Operações de arrendamento					
						Política Contábil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data do início da vigência do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodoeiros, maquinários, veículos e imóveis. Dos contratos que foram escopo do CPC 06 (R2), a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto de cada contrato, calculada pela taxa incremental de captação na data de negociação. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.					
						Composição:					
						a) Movimentação dos ativos de arrendamentos					
						Saldo em 01 de janeiro de 2022					
						Adição/Renovação de novos contratos					
						7.401					
						Remensuração					
						(4.432)					
						(-) Depreciação do ativo de direito de uso					
						(97.134)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2022					
						1.000.552					
						Terras de Cultura					
						991.511					
						Locação de máquinas e veículos					
						9.041					
						Total					
						1.000.552					
						Depreciação de direito de uso no exercício:					
						Terras de Cultura					
						(95.898)					
						Locação de máquinas e veículos					
						(4.236)					
						Total do exercício					
						(97.134)					
						Saldo em 01 de janeiro de 2023					
						1.000.552					
						Adição/Renovação de novos contratos					
						91.806					
						Remensuração					
						67.793					
						(-) Depreciação do ativo de direito de uso					
						(92.895)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2023					
						1.067.256					
						Terras de Cultura					
						993.081					
						Locação de máquinas e veículos					
						74.175					
						Total					
						1.067.256					
						Depreciação de direito de uso no exercício:					
						Terras de Cultura					
						(82.298)					
						Locação de máquinas e veículos					
						(10.597)					
						Total do exercício					
						(92.895)					
						b) Movimentação dos passivos de arrendamentos					
						Saldo em 01 de janeiro de 2022					
						1.184.522					
						Adição/Renovação de novos contratos					
						7.401					
						Remensuração					
						(4.432)					
						Realização do AVP sobre passivo de arrendamento					
						118.855					
						(-) Pagamentos					
						(192.732)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2022					
						1.113.614					
						Passivo circulante					
						136.254					
						Terceiros					
						136.254					
						Passivo não circulante					
						977.360					
						Terceiros					
						977.360					
						Saldo em 01 de janeiro de 2023					
						1.113.614					
						Adição/Renovação de novos contratos					
						91.806					
						Remensuração					
						67.058					
						Realização do AVP sobre passivo de arrendamento					
						124.029					
						(-) Pagamentos					
						(181.844)					
						Saldo em 31 de dezembro de 2023					
						1.214.663					
						Passivo circulante					
						49.154					
						Terceiros					
						49.154					
						Passivo não circulante					
						1.165.509					
						Terceiros					
						1.165.509					
						Segue a abertura dos pagamentos do exercício por categoria de ativo arrendado:					
						31/12/2023					
						31/12/2022					
						Terras de Cultura					
						165.669					
						175.588					
						Máquinas e Veículos					
						16.175					
						17.144					
						Total					
						181.844					
						192.732					
						Efeito caixa					
						135.108					
						131.019					
						Efeito não caixa ⁽¹⁾					
						46.736					
						61.713					
						⁽¹⁾ Pagamentos realizados com entrega do produto físico.					
						11. Propriedade para Investimentos					
						Política Contábil: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, nem para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços, nem para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento, construída pelo proprietário, inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. Composição: As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul - RS os quais não são utilizados pela Companhia são mensuradas ao custo, essa propriedade faz parte dos ativos contingentes e compõe o acervo líquido devido para a TS Agro.					
						Saldo em					
						01/01/2022					
						Aquisições					
						Baixas					
						Saldo em					
						31/12/2022					
						3.136					
						-					
						-					
						3.136					
						Saldo em					
						01/01/2023					
						Aquisições					
						Baixas					
						Saldo em					
						31/12/2023					
						3.136					
						-					
						-					
						3.136					
						Armazém de Grãos					
						Total					
						3.136					
						3.136					
						Armazém de Grãos					
						Total					
						3.136					
						3.136					
						12. Imobilizado					
						Política Contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:					
						Descrição					
						Taxa média					
						Vida útil					
						Correção e desenvolvimento do solo					
						11,97%					
						8 anos					
						Prédios e benfeitorias					
						4,31%					
						23 anos					
						Móveis e utensílios					
						9,86%					
						10 anos					
						Equipamentos e instalações de escritório					
						19,55%					
						5 anos					
						Equipamentos agrícolas e instalações industriais					
						9,57%					
						11 anos					
						Veículos					
						7,72%					
						13 anos					
						Outros					
						19,84%					
						5 anos					
						Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obterá com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.					
						a) Composição do ativo imobilizado					
						Saldo					
						inicial					

... continuação

SLC AGRICOLA CENTRO-OESTE S.A. - CNPJ nº 05.799.312/0001-20

b) Composição do ativo imobilizado							
Custo do imobilizado bruto	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências	Reclassifi-cações	Depre-ciação	Saldo final
01/01/2023	01/01/2023						31/12/2023
Correção e desenvolvimento do solo	30.530	21.797	(344)	-	-	(11.644)	40.339
Prédios e benfeitorias	6.108	592	(1.185)	16.056	-	(843)	20.728
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	164.347	18.113	(5.211)	4.452	(3.021)	(22.960)	155.720
Veículos	15.267	2.838	(73)	647	(15)	(2.595)	16.069
Móveis e utensílios	1.543	1.185	(127)	263	-	(264)	2.600
Equipamentos e instalações de escritório	2.505	2.471	(123)	118	-	(770)	4.201
Outros	907	193	-	-	-	-	1.100
Total imobilizado em operação	221.207	47.189	(7.063)	21.536	(3.036)	(39.076)	240.757
Obras em andamento	11.504	27.202	-	(21.536)	-	-	17.170
Total	232.711	74.391	(7.063)	-	(3.036)	(39.076)	257.927

(1) Valores reclassificados: R\$ 172 reclassificado do intangível e R\$ 3.208 reclassificado para ativos mantidos para venda. Em 31 de dezembro 2023 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 17.170 (R\$ 11.504 em 31 de dezembro de 2022) está substancialmente representado por construção de armazém, de alojamentos, plano de prevenção e proteção contra incêndios e outras benfeitorias.

13. Intangível						
Custo do Intangível bruto	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Amorti-zação	Reclassifi-cação	Saldo em 31/12/2022
Software	665	3	-	(191)	-	477
Implantação de novos sistemas	-	172	-	-	-	172
Marcas e Patentes	178	-	(178)	-	-	-
Total	843	175	(178)	(191)	-	649
Custo do Intangível bruto	843	-	-	-	-	843
Software	477	(157)	-	-	-	320
Implantação de novos sistemas	172	-	-	(172)	-	-
Total	649	(157)	-	(172)	-	320

(1) Reclassificado para o imobilizado.

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas: Créditos com partes relacionadas			
	31/12/2023	31/12/2022	
Controladora			
SLC Agrícola S.A.	2.574	158	
Total	2.574	158	
Parcela classificada no ativo circulante	2.554	-	
Parcela classificada no ativo não circulante	20	-	
Débitos com partes relacionadas	2.574	158	
Controladora			
SLC Agrícola S.A.	44.344	42.779	
Outras partes relacionadas			
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A.	-	1.024	
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	3.370	1.919	
Total	47.714	45.722	
Parcela classificada no passivo circulante	47.714	45.722	

b) Transações com partes relacionadas

	Vendas de mercadorias/Produtos/ imobilizado/ prestação de serviço		Compras de mercadorias/Produtos/ Aluguéis/ TI corporativa/ Outras Transações	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controladora				
SLC Agrícola S.A.	38.330	739	78.063	72.492
Outras Partes Relacionadas				
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A.	64	-	393	1.045
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	627	598	10.849	1.919
SLC MIT Empr. Agr. S.A.	-	-	274	-
Total	39.021	1.337	89.579	75.456

A Companhia mantém com sua controladora direta, SLC Agrícola S.A., contrato de prestação de serviços de gestão agrícola no segmento de commodities agrícolas, para a produção de grãos.

15. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores em moeda nacional	83.302	176.869
Fornecedores em moeda estrangeira	88.650	113.888
Total	171.952	290.757

A exposição da Companhia ao risco de moeda relacionados a conta de fornecedores são divulgados na nota 23.c.

16. Empréstimos e financiamentos

Política Contábil: Os empréstimos e financiamentos contratados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações cambiais e amortizações apurados ao final de cada período.

Composição: A movimentação do exercício em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada conforme abaixo:

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos tomados	3.046	3.000	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.000)	(3.000)	-	-
Juros apropriados	126	(109)	-	-
Juros sobre empréstimos pagos	(109)	3.063	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.046	3.063	3.063	3.063
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(3.000)	-	-
Juros apropriados	135	(198)	-	-
Juros sobre empréstimos pagos	(198)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, temos a seguinte composição de empréstimos e financiamentos:

Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Aplicados no Capital de giro

Crédito rural	R\$	- 12,00% a.a	-	3.063
Total				3.063

Parcela classificada no circulante

Crédito Rural - Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia. A última parcela foi quitada em maio de 2023.

17. Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários

Política Contábil: A Companhia registra provisões quando a Administração, tendo base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Composição: a) Provisões: A Companhia registra provisões para ações ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.138	24.181	1.037	26.356
Adição de provisão	2.359	5.932	3.466	11.757
Reversão de provisão	(493)	(5.038)	(932)	(6.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.004	25.075	3.571	31.650
Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.004	25.075	3.571	31.650
Adição de provisão	1.922	5.487	367	7.776
Reversão de provisão	(2.615)	(28.433)	(653)	(31.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.311	2.129	3.285	7.725

O valor relevante registrado como reversão nos processos trabalhistas, refere-se substancialmente ao pagamento de uma ação trabalhista da Terra Santa Agro S.A. O valor foi indenizado pelo antigo acionista via basket. Estes valores compõem o acervo líquido do Acordo de Associação e foi registrado em contas segregadas. A medida que for se realizando efetivamente, será reembolsado pela TS Agro à Companhia nas datas previstas do Acordo. Em função disso, foi registrado na rubrica de "títulos a receber" o montante de R\$ 7.703 apresentado na Nota 9. b) Passivos contingentes: A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Abaixo segue a composição dos passivos contingentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais(i)	1.386	773
Cíveis (ii)	73.512	93.770
Trabalhistas (iii)	1.494	693
Tributárias (iv)	84.772	81.230
Total	161.164	176.466

Conforme estipulado nas cláusulas e condições do Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado entre as empresas SLC Agrícola S.A., SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), TS Agro S.A. e TS Brasil S.A., os antigos acionistas são responsáveis por grande parte dos passivos contingentes, no montante de R\$ 159.584 decorrentes de fatos geradores anteriores a 01 de julho de 2021 da Companhia. Abaixo segue a descrição dos passivos contingentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

(i) Ambientais: As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e SEMA - Secretaria de Estado e Meio Ambiente. (ii) Cíveis: As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de fornecedores, danos causados a terceiros, litígio em questões contratuais e ações envolvendo questões imobiliárias. (iii) Trabalhistas: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, empregados de empresas terceirizadas e Ministério Público do Trabalho. (iv) Tributárias: As ações tributárias são relacionadas às autuações referentes às esferas federal e estadual. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados na rubrica de "outras contas a receber" no ativo não circulante, são referentes a depósitos judiciais trabalhistas e totalizam R\$ 4.633 (R\$ 4.633 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor compõe o acervo líquido do Acordo de Associação e foi registrado em contas segregadas, à medida que for se realizando efetivamente, será reembolsado pela Companhia para TS Agro nas datas previstas do Acordo.

18. Tributos sobre o lucro

Política Contábil: Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Composição: Foi constituído, para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Imposto de renda	Contri-buição social	Total	Imposto de renda	Contri-buição social	Total
Ativos						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	2.409	867	3.276	3.372	1.214	4.586
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	8.847	3.185	12.032	1.441	519	1.960
Arrendamentos	277.984	100.074	378.058	278.403	100.225	378.628
Outras	1.151	414	1.565	447	161	608
Prejuízo fiscal e base negativa	235.928	85.238	321.166	315.111	113.744	428.855
Subtotal	526.319	189.778	716.097	598.774	215.863	814.637
Passivos						
Depreciação incentivada atividade rural	(39.933)	(14.376)	(54.309)	(34.624)	(12.465)	(47.089)
Valor justo ativos biológicos	(32.421)	(11.671)	(44.092)	(58.836)	(21.181)	(80.017)
Custo atribuído ativo imobilizado	(741)	(267)	(1.008)	(911)	(328)	(1.239)
Arrendamentos	(245.907)	(88.526)	(334.433)	(260.715)	(93.859)	(354.574)
Operações com derivativos	(13.494)	(4.858)	(18.352)	(16.536)	(5.953)	(22.489)
Subtotal	(332.496)	(119.698)	(452.194)	(371.622)	(133.786)	(505.408)
Total	193.823	70.080	263.903	227.152	82.077	309.229

Classificado no ativo não circulante

263.903

309.229


A Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. **Conciliação da despesa tributária com as alíquotas fiscais efetivas:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	115.094	115.094	216.192	216.192
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(28.774)	(10.358)	(54.048)	(19.457)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Adições e exclusões permanentes	(417)	(150)	(766)	(276)
Outros	29	-	2.048	543
Valor registrado no resultado	(29.162)	(10.508)	(52.766)	(19.190)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	(39.670)	(643)	(71.956)	(81)
Impostos correntes	(643)	(81)	-	-
Impostos diferidos	(39.027)	(71.875)	-	-
Alíquota efetiva	34,47%	33,28%		

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado
Provisão para participação nos resultados	4.586	(1.310)	-	3.276
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	1.960	10.072	-	12.032
Operações com derivativos	(22.489)	10.436	(6.299)	(18.352)
Arrendamentos	378.628	(570)	-	378.058
Outras	608	957	-	1.565
Prejuízos fiscais e base negativa	428.855	(107.689)	-	321.166
Depreciação incentivada atividade rural	(47.089)	(7.220)	-	(54.309)
Valor justo ativos biológicos	(80.017)	35.925	-	(44.092)
Arrendamentos	(354.574)	20.141	-	(334.433)
Custo atribuído ativo imobilizado	(1.239)	231	-	(1.008)
Total	309.229	(39.027)	(6.299)	

... continuação		SLC AGRICOLA CENTRO-OESTE S.A. - CNPJ nº 05.799.312/0001-20	
<p>h) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.</p>			
	31/12/2023	31/12/2022	
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	-	3.063	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(394.291)	(190.029)	
Divida líquida (caixa líquido)	(394.291)	(186.966)	
Patrimônio líquido	1.539.108	1.469.358	
Índice de alavancagem financeira	(25,62%)	(12,72%)	
24. Programa de participação nos resultados			
Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia tem um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores. O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção. A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano. A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas:			
	31/12/2023	31/12/2022	
Participação nos resultados	9.634	13.489	
25. Despesas por natureza			
	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas por função			
Custo dos produtos vendidos	(1.135.214)	(1.104.797)	
Despesas com vendas	(54.291)	(42.304)	
Despesas gerais e administrativas	(39.144)	(26.417)	
Outras despesas operacionais	(13.629)	(8.702)	
Total	(1.242.278)	(1.182.220)	
Despesas por natureza			
Depreciação e amortização	(20.937)	(24.237)	
Despesas com pessoal	(94.581)	(75.899)	
Matéria prima e materiais	(737.592)	(629.284)	
Aluguéis e Arrendamentos	(866)	(476)	
Depreciação de direito de uso	(58.352)	(107.301)	
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(292.742)	(313.640)	
Frete	(23.579)	(22.680)	
Outras despesas operacionais	(13.629)	(8.702)	
Total	(1.242.278)	(1.182.220)	
26. Outras Receitas e Despesas Operacionais			
A seguir demonstramos o detalhamento de outras receitas e despesas operacionais:			
	31/12/2023	31/12/2022	
Outras receitas operacionais			
Venda ativo imobilizado	8.156	4.981	
Receita com indenização de sinistros	1.146	499	
Receita com revenda de estoques	5.568	3.469	
Receita com Aluguéis	1.597	400	
Outras receitas	1.378	6.905	
Subtotal	17.845	16.254	
Outras despesas operacionais			
Custo da venda do ativo imobilizado	(6.700)	(3.531)	
Custo com sinistro	(801)	-	
Custo com revenda de estoques	(5.656)	(5.034)	
Outras despesas	(472)	(137)	
Subtotal	(13.629)	(8.702)	
Total	4.216	7.552	
27. Receita líquida de vendas			
Política Contábil: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Reconhecimento da receita: O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. • As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:			
	31/12/2023	31/12/2022	
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%		
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00% e 7,60%		
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%		
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural e outras entidades	0,25% e 2,05%		
Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito.			
Composição: Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:			
	31/12/2023	31/12/2022	
Receita operacional bruta	1.307.433	1.173.714	
Venda de produtos	1.194.624	1.211.762	
Resultado com operações de Hedge	112.809	(38.048)	
Deduções, impostos e contribuições	(31.335)	(35.066)	
Receita operacional líquida	1.276.098	1.138.648	
A Companhia comercializa seus produtos para o mercado interno e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.			
	31/12/2023	31/12/2022	
 Mercado interno	145.078	349.009	
Venda de produtos	145.078	349.009	
 Mercado externo	1.162.355	824.705	
Venda de produtos - exportação indireta	579.901	459.590	
Resultado com operações de hedge exportação indireta	41.643	14.249	
Venda de produtos - exportação direta	469.645	403.163	
Resultado operação de hedge direta	71.166	(52.297)	
Receita operacional bruta	1.307.433	1.173.714	
Deduções, impostos e contribuições	(31.335)	(35.066)	
Receita operacional líquida	1.276.098	1.138.648	
As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, são atribuídas aos seguintes países:			
	31/12/2023	31/12/2022	
 País	 Valor	 % Participação	 Valor
Brasil	724.979	60,69	808.599
China	109.551	9,17	34.192
Bangladesh	93.977	7,87	5.373
Turquia	91.072	7,62	10.422
Indonésia	66.185	5,54	280.184
Vietnã	58.172	4,87	11.532
Paquistão	50.688	4,24	61.460
Total	1.194.624	100,00	1.211.762
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			
avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Porto Alegre, 01 de abril de 2024.			
			
KPMG Auditores Independentes Ltda CRC SP-014428/F-7 Luís Claudio de Oliveira Guerreiro Contador CRC-RJ 093679/O-1			

Abaixo apresentamos os principais clientes da Companhia:

Cliente	Algodão em Pluma	Caroço de Algodão	Milho a Granel	Soja a Granel	Outras	Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de hedge)
Cargill Agrícola S.A.	73.000	-	72.212	202.726	8.627	356.565	29,85
Omnicotton, Inc	117.524	-	-	-	-	117.524	9,84
Bunge Alimentos S/A	-	-	35.427	81.047	-	116.474	9,75
Outros Clientes ⁽¹⁾	290.146	61.915	22.627	217.774	11.599	604.061	50,56
Total	480.670	61.915	130.266	501.547	20.226	1.194.624	100,00

⁽¹⁾ As receitas provenientes destes clientes, individualmente, não representam 10% ou mais das receitas totais da entidade.


28. Cobertura de seguros

Seguros Patrimoniais e de Responsabilidade		Cobertura
Natureza		
Estoques de Grãos e Algodão		105.000
Prédios e benfeitorias		105.000
Máquinas e Equipamentos		60.000
Responsabilidade civil de administradores		60.000
Seguro Garantia ⁽¹⁾		56.562
Aeronave - Casco ⁽²⁾		18.252
Responsabilidade civil geral		10.000
Aeronave - Reta		4.188
Drone - Reta		3.535
Veículos		Contra terceiros


⁽¹⁾ Processos Judiciais da SLC CO estão sob a responsabilidade da TS Participações S/A.
⁽²⁾ Valor da cobertura de USD 3.380, convertido pela taxa de câmbio do último dia do mês (Taxa de 4,8413 em 29/12/2023).

Seguro de estoque de grãos e algodão - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão, sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/12/2024. **Seguro de prédios e benfeitorias** - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/12/2024. **Seguro de máquinas e equipamentos** - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e ímplosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização correspondente ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2024. **Seguro de responsabilidade civil de administradores** - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão. Apólices com vencimentos em 30/06/2024. **Seguro Garantia** - Cobertura de proteção aos possíveis riscos gerados ao patrimônio da empresa, em função do fiel cumprimento das obrigações ocasionadas por processos judiciais trabalhistas. Apólices com vencimento nos períodos de 15/07/2024, 05/05/2025, 16/06/2025, 23/06/2025, 15/07/2025 e 14/08/2025. **Seguro da Aeronave - Casco** - Cobertura de garantia contra danos materiais causados ao casco das aeronaves pulverizadoras, incluindo responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Apólice com vencimento em 26/03/2024. **Seguro de responsabilidade civil geral** - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que a Companhia vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 22/02/2024. **Seguro da Aeronave - Reta** - Cobertura para danos pessoais e/ou materiais, causados a passageiros e tripulantes pelas aeronaves pulverizadoras, incluindo danos causados a bagagens. Apólice com vencimento em 27/07/2024. **Seguro de Drone - Reta** - Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 18/12/2024. **Seguro de Veículos** - Cobertura da Frota de veículos da Companhia para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 10/10/2024.

Aos Administradores e Acionistas da **SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.** Porto Alegre - RS **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela







Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  **(51) 3213-1333 / 3213-1338**
-  **(51) 99649-0062**

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

